

Ata

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS-EPAMIG

Às nove horas do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e seis, realizou-se, de forma virtual por meio da plataforma Google Meet (meet.google.com/vhp-gpjj-kzf), a reunião do Conselho de Administração da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Estiveram presentes os conselheiros Nairam Félix de Barros (Presidente do Conselho), Gladyston Rodrigues Carvalho, Maria Laura Vidigal, Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro, o novo membro empossado, Julian Silva Carvalho. Representando a Diretoria Executiva (DREX), participaram a Diretora-Presidente Nilda de Fátima Ferreira Soares, o Diretor de Pesquisa e Inovação Trazilbo José de Paula Júnior e o Diretor de Administração e Finanças, Leonardo Brumano Kalil. Abrindo a sessão, o Presidente do Conselho, Nairam Barros, constatou o quórum regimental e declarou iniciados os trabalhos, informando a pauta composta por seis itens. O **1º item** consistiu na apresentação oficial do novo conselheiro, Julian Silva Carvalho. Ao fazer uso da palavra, Julian Silva Carvalho expressou sua satisfação em integrar o colegiado, relatando sua trajetória profissional como engenheiro agrônomo oriundo de carreira na Emater-MG, com especialização, mestrado e MBA voltados para a cafeicultura. Destacou ainda sua atuação prévia junto à SEAPA, onde atualmente exerce o cargo de Subsecretário, colocando-se à disposição para colaborar ativamente com o Conselho e com a consolidação das ações estratégicas da EPAMIG. Em seguida, os demais participantes e a Diretoria Executiva apresentaram-se e saudaram o novo conselheiro. Passando ao **2º item** da pauta, dedicado aos informes da Diretoria Executiva, a Diretora-Presidente Nilda Soares fez considerações iniciais sobre os recursos orçamentários da FAPEMIG direcionados à EPAMIG, antecipando que o cenário econômico do Estado aponta para uma redução de arrecadação e exigirá priorização estratégica. Ressaltou também a necessidade de alocação de recursos próprios da EPAMIG para a manutenção, reforma e adequação da infraestrutura predial das unidades, haja vista que os convênios de pesquisa não cobrem tais custos estruturais. Dando continuidade aos informes, o Diretor Trazilbo José de Paula apresentou o detalhamento das negociações realizadas com a FAPEMIG referentes ao orçamento dos editais previstos para 2027. Informou que a cota global da EPAMIG (correspondente aos 8% constitucionais destinados via FAPEMIG) está estimada em R\$ 45.395.437,20, distribuída em linhas estratégicas. Dando prosseguimento aos informes, Leonardo Kalil, iniciou a projeção e detalhamento da planilha de obras prioritárias conduzidas pela EPAMIG, demonstrando o planejamento financeiro e a alocação de recursos próprios para suprir as demandas de infraestrutura das unidades operacionais. O **3º item** de pauta abordou a apresentação dos critérios da Medalha de Desempenho Acadêmico (Deliberação nº 1.017/2026). A Diretora-Presidente, Nilda Soares, propôs ao Conselho a alteração do Artigo 3º da deliberação da Medalha Cândido Tostes, que premia o formando de maior Coeficiente de Rendimento (CR) no curso de Tecnólogo em Laticínios, oferecido pelo Instituto de Laticínios Cândido Tostes (ILCT). Nilda Soares defendeu aumentar o CR mínimo de 85 para 90 pontos. Dados estatísticos do último levantamento realizado mostraram que a faixa de 81 a 90 pontos abrangia 60 alunos (cerca de 53% do levantamento), enquanto a de 91 a 100 contava com apenas 5 (cerca de 4%). A alteração visa preservar o caráter de excelência extraordinária da honraria, evitando sua banalização e a exigência de concessão anual caso o índice não seja atingido. O Presidente do Conselho, Nairam Barros, e a conselheira Silvana Novais apoiaram a proposta, destacando que o corte em 90 pontos contempla cerca de 5% dos melhores estudantes e estimula a excelência acadêmica. O conselheiro Gladyston Rodrigues questionou a inclusão de atividades de pesquisa, extensão e bolsas na avaliação. Em resposta, Nilda Soares e Nairam Barros esclareceram a inviabilidade técnica de quantificar essas atividades em um único indicador, reafirmando que a Medalha foca estritamente no Mérito ao Ensino (CR). Foi sugerida a futura criação de honrarias específicas para pesquisa e extensão, além do estudo de prêmio similar para o Instituto Tecnológico de Agropecuária de Pitangui (ITAP). Mesmo não sendo matéria de deliberação, colocada em

votação simbólica pelo Presidente do Conselho, a proposta foi aprovada por unanimidade. Ficou estabelecido o CR mínimo acumulado de 90 pontos para a concessão da Medalha Cândido Tostes. Continuando com os itens de pauta (**4º item**), a Sra. Luciana Pereira Junqueira, Chefe da Assessoria de Governança e Estratégia (ASGE) apresentou os esclarecimentos referentes à atualização da política de conflito de interesses no âmbito da EPAMIG. Explicou que o novo fluxo se adequa às diretrizes do Estado de Minas Gerais mediante utilização do Sistema de Prevenção de Conflitos de Interesse (SPCI). Destacou a relevância de os agentes públicos e conselheiros realizarem consultas prévias por meio dessa plataforma em caso de dúvidas sobre eventuais situações relativas à quarentena, recebimento de brindes ou outras matérias correlatas. Detalhou que a Comissão de Ética passa a analisar os conflitos de interesse no âmbito interno da EPAMIG, cabendo ao CONSET (Conselho de Ética Pública) a apreciação das dúvidas envolvendo a alta administração, enquanto a Auditoria Interna atuará precipuamente como instância de apuração em casos com possibilidade de responsabilização. A conselheira Maria Laura Vidigal solicitou esclarecimentos adicionais sobre a operacionalização do período de quarentena. Luciana Pereira Junqueira explicou que a proposta reproduz o regramento do Decreto Estadual nº 48.417/2022, prevendo a caracterização de conflito de interesse no período de quatro meses a contar da data de dispensa, exoneração ou destituição do cargo. Luciana Junqueira, seguindo para o **5º item**, também apresentou o novo Sistema de Monitoramento do Planejamento Estratégico (SIGMA), desenvolvido conjuntamente pela Assessoria de Governança e Estratégia (ASGE) e pela Assessoria de Tecnologia da Informação (ASTI). Explicou a evolução normativa do Plano Diretor (2026–2031) e do Plano de Negócios Anual, destacando que a nova ferramenta informatizada transcreve os oito objetivos estratégicos e permite o acompanhamento contínuo de metas, indicadores e estratégias de longo prazo por meio de painéis visuais (*dashboards*) e inserção de evidências pelos gestores. Demonstrou o funcionamento da plataforma na intranet, enfatizando o ganho em transparência, controle de desempenho e prestação de contas aos órgãos de governança estaduais. Em debate sobre a ferramenta, o conselheiro Julian Carvalho parabenizou a iniciativa e indagou sobre a existência de alertas automáticos para o gestor quando houver atraso no cumprimento de metas. Luciana Junqueira esclareceu que o sistema atua como painel de monitoramento visual com sinalização de status (crítico, em andamento, alcançado), sem o disparo direto de e-mails para cada uma das metas, a fim de evitar sobrecarga de notificações, reservando-se os alertas automatizados para o sistema específico de gestão de contratos e convênios. O Presidente Nairam Barros e os demais membros do Conselho parabenizaram a equipe envolvida pelo desenvolvimento da plataforma, ressaltando o avanço na maturidade de gestão, acompanhamento e monitoramento dos resultados institucionais da EPAMIG. Passando ao **6º item** de Informes Gerais, o Secretário Executivo do Conselho, Thales Santos Terra, tomou a palavra para suscitar uma reflexão estratégica entre os membros do colegiado quanto ao planejamento e à continuidade da gestão institucional. Destacou que a presente sessão corresponde à quarta reunião ordinária do ano, restando apenas duas reuniões agendadas para o encerramento do exercício. Esclareceu que a reunião final, prevista para dezembro, possui uma pauta regimental densa — compreendendo o balanço da pesquisa, as projeções financeiras para o próximo ano, o monitoramento do Plano de Integridade, o Relatório Anual de Auditoria e a aprovação obrigatória do Plano de Negócios —, de modo que a próxima reunião ordinária, agendada para outubro, representa a janela remanescente para inclusão de matérias por iniciativa própria do Conselho. Na sequência, Thales Terra alertou para a proximidade do período eleitoral e a consequente transição governamental, ressaltando a relevância de o Conselho de Administração atuar como elo de preservação da governança e do legado construído na instituição ao longo dos últimos oito anos. Lembrou que, embora o atual Conselho possua mandato unificado vigente até junho de 2027 (passível de recondução até 2029 a critério da nova gestão estadual), os cargos comissionados e a Diretoria Executiva possuem dinâmicas distintas de desligamento e renovação, devendo a escolha e a eleição da nova Diretoria passar necessariamente pelo próprio Conselho de Administração. Sugeriu que o colegiado inicie discussões preliminares de alinhamento e interlocução institucional na reunião de outubro, ou em sessão extraordinária se necessário, visando garantir a estabilidade e a continuidade das diretrizes estratégicas da EPAMIG. O Presidente do Conselho, Nairam Barros, manifestou concordância com os apontamentos trazidos, enfatizando a relevância da EPAMIG na pesquisa agropecuária estadual e a necessidade de resguardar os avanços estruturais e normativos alcançados. Pontuou a importância de o Conselho organizar uma apresentação consolidada dos resultados, metodologias e instrumentos de gestão para sensibilizar e orientar os futuros gestores que assumirem a empresa. O conselheiro Gladyston Rodrigues Carvalho ratificou a relevância do tema, ressaltando que a preocupação com a transição é premente no corpo funcional e nas demais instituições do setor. Informou que

a comunidade científica e os pesquisadores vêm mantendo interlocuções para reforçar a importância do fortalecimento da pesquisa e da continuidade das atividades da empresa, independentemente das oscilações do cenário político. O conselheiro Gladyston Rodrigues Carvalho aproveitou o momento para dirigir questionamentos ao Diretor Leonardo Kalil, referente ao andamento do Concurso Público da EPAMIG e à sua correlação com a atualização do Plano de Cargos, Salários e Carreiras (PCS). Demonstrou preocupação quanto à defasagem salarial inicial em comparação com editais recentes de outras instituições congêneres de pesquisa agropecuária. Leonardo Kalil prestou os devidos esclarecimentos e informou que o trâmite do novo Plano de cargos e Salários (PCS) ainda segue etapas de análise na esfera governamental em conjunto com outras demandas estaduais, de modo que o certame em elaboração não poderá aguardar a aprovação do novo plano, sob pena de inviabilizar o provimento imediato de vagas essenciais. Detalhou que a EPAMIG concluiu o mapeamento das 94 vagas autorizadas, cuja definição demandou alta complexidade devido à especificidade das áreas técnicas requeridas (como fitopatologia, melhoramento genético e culturas específicas). Com relação ao andamento operacional, Leonardo Kalil informou que o processo se encontra na fase de cotação e instrução para contratação da banca organizadora por dispensa de licitação. Esclareceu que, em virtude do cronograma de aplicação e da disponibilidade de datas das bancas, a aplicação das provas ocorrerá no próximo exercício, mas a meta prioritária da diretoria é publicar o edital ainda no exercício corrente. Mencionou, ainda, que parte dos recursos destinados ao custeio do certame advém da cota-parte da venda da folha de pagamento estadual e da expectativa de arrecadação com taxas de inscrição. O conselheiro Gladyston Rodrigues agradeceu os esclarecimentos e colocou-se à disposição para apoiar os trâmites que garantam a publicação tempestiva do edital, destacando que a realização do concurso é medida indispensável para a sustentabilidade operacional e recomposição do quadro técnico da EPAMIG. Complementando as discussões sobre o plano de transição e o acervo institucional, o conselheiro Julian Silva Carvalho destacou que a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) vem estruturando um inventário detalhado de projetos estratégicos, obras e investimentos para subsidiar as próximas gestões. Sugeriu que o Conselho adote postura análoga, sistematizando o histórico de conquistas, os projetos em andamento e as metas futuras da EPAMIG. O Presidente Nairam Barros concluiu os debates ratificando o compromisso de o Conselho dedicar a agenda dos próximos encontros à consolidação dessa estratégia de transição e governança. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da reunião lavrando-se a presente ata.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2026.

GLADYSTON RODRIGUES CARVALHO

Conselheiro

JULIAN SILVA CARVALHO

Conselheiro

MARIA LAURA MARINHO VIDIGAL

Conselheira

SILVANA MARIA NOVAIS FERREIRA RIBEIRO

Conselheira

NAIRAM FÉLIX DE BARROS

Conselheiro

Presidente do Conselho



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro**, Usuário Externo, em 08/09/2026, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Laura registrado(a) civilmente como Maria Laura Marinho Vidigal, Usuário Externo**, em 09/09/2026, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julian Silva Carvalho, Conselheiro(a)**, em 09/09/2026, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nairam Félix de Barros, Usuário Externo**, em 10/09/2026, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gladyston Rodrigues Carvalho, Conselheiro(a)**, em 10/09/2026, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **148697722** e o código CRC **15D6C718**.

Referência: Processo nº 3050.01.0001560/2026-02

SEI nº 148697722